



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

TERMO DE CONTRATO Nº 030/2011/SEMA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E A EMPRESA PNEUAR COMÉRCIO DE PNEUS LTDA.

MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.507.415/0023-50, através de sua SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA, criada pela Lei Complementar nº. 214, de 23 de junho de 2005, com sede na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, nesta Capital, representada pelo seu Secretário Adjunto Executivo, designado para este fim através do Ato nº 13.144/2009, de 14/10/09, Sr. **MOACIR COUTO FILHO**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 3600650 - SSP/GO e do CPF nº. 770.603.931-53, residente a Rua Manoel Leopoldino, nº. 102, bairro Araés, Cuiabá/MT, doravante denominado apenas **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **PNEUAR COMÉRCIO DE PNEUS LTDA**, inscrita no CNPJ: 03.532.991/0001-41 localizada na Rua Ulisses Pompeu de Campos, 132, Bairro: Suburbano, CEP. 78.110-798, Várzea Grande - MT, neste ato representado pelo Sr. **FABRICIO MARGREITER**, portador do RG nº 3155582 SSP/SC e o CPF: 843.623.839-72, aqui denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o Processo n.º 630359/2011/SEMA, com o Pregão n.º 052/2011 e Ata de Registro de Preços Nº 047/2011/SAD, sujeitando-se aos termos das Leis n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente termo contratual consiste na aquisição de pneus, sendo montado e balanceado, para atender a demanda da **CONTRATANTE**, conforme condições e especificações constantes no **Pregão n.º 052/2011 a e Ata de Registro de Preços Nº 047/2011/SAD**.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DOS PRODUTOS

2.1. Os valores poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.2. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.3. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

2.4. Os preços para os bens contratados são os constantes da Ata de Registro de Preço nº 047/2011/SAD, conforme discriminação abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	LOTE	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
4	PNEU, RADIAL, REFERÊNCIA 175/70, ARO 13, NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR 6087 E NBR 6088. UNIDADE.	UN	4	FATE	25	R\$ 119,00	R\$ 2.975,00



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

6	PNEU, RADIAL, REFERÊNCIA 225/75, ARO 15, NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR 6087 E NBR 6088. UNIDADE.	UN	6	FATE	20	R\$ 325,00	R\$ 6.500,00
19	PNEU, PARA MOTO, DIANTEIRO, REFERENCIA 4.10 ARO 18, NAO REMOLDADO E NAO RECAUCHUTADO. O ITEM DEVERA ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR 6087 E NBR 6088.	UN	19	LEVORIN	5	R\$ 165,00	R\$ 825,00
27	PNEU PARA AUTOMÓVEL REFERÊNCIA 185/70 ARO 14, NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR 6087 E NBR 6088. UNIDADE.	UN	27	FATE	5	R\$ 193,00	R\$ 965,00
33	PNEU RADIAL REFERÊNCIA 7.50, ARO 16, 12 LONAS, NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR 6087 E NBR 6088. UNIDADE.	UN	33	RUNKING	20	R\$ 460,00	R\$ 9.200,00
VALOR TOTAL							R\$ 20.465,00



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

2.5. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pelo objeto do contrato, o valor total de **R\$ 20.465,00** (vinte mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais), a serem pagos conforme demanda, mediante Ordem de Fornecimento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1. Assinar o contrato com a **CONTRATANTE** no prazo não superior a 02 (dois) dias corridos, contados do recebimento da convocação oficial;

3.2. Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento da convocação formal;

3.3. A **CONTRATADA** ficará obrigada a entregar o objeto deste contrato, pretendida pela **CONTRATANTE**, conforme tabela abaixo:

QUANTIDADE DE PNEUS	Prazo de Entrega
ATÉ 20 (vinte)	De 01(um) a 03(três) dias corridos
De 21(vinte e um) a 60 (sessenta)	De 04(quatro) a 10(dez) dias corridos
Acima de 61(sessenta e um)	Até 25(vinte e cinco) dias corridos

3.3.1. O prazo para a entrega dos pneus será contado a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pelo setor demandante;

3.4. A entrega dos pneus e a execução dos serviços deverão ser realizadas nos locais indicados pela **CONTRATANTE** nas regiões de Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Cáceres, Barra do Garças, Sinop, Juína, Alta Floresta, Água Boa, Sorriso, Nova Mutum, Guarantã do Norte, Juara, Tangará da Serra, Pontes e Lacerda, Diamantino, Jaciara, Primavera do Leste, Campo Verde, Vila Rica, com montagem e balanceamento;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

3.5. A CONTRATADA deverá dar garantia de no mínimo:

- a) 01 (um) ano para defeito de fabricação;
- b) 30.000 (trinta mil) quilômetros de rodagem;
- c) 01 (uma) recapagem;

3.5.1. O prazo da garantia será contado a partir da entrega dos pneus.

3.6. A CONTRATADA deverá ter condições e/ou disponibilidade de atender no mínimo 10 (dez) veículos por dia;

3.7. A CONTRATADA deverá garantir a entrega de pneus com qualidade e sem defeitos de fabricação;

3.8. Caso sejam detectados defeitos ou falhas na entrega dos pneus pela **CONTRATADA** será considerado em desacordo com as especificações técnicas requeridas, a **CONTRATANTE** pode exigir a substituição dos mesmos;

3.9. Os Pneus deverão ser entregues juntamente com o certificado de garantia da fábrica;

3.10. Deverá no ato da entrega do(s) pneu(s) de acordo com as especificações contidas no Edital de Pregão nº 052/2011, realizar de forma imediata a montagem dos pneus nos veículos e o balanceamento;

3.11. Substituir, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações do Edital de Pregão nº 052/2011, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

3.12. Será permitido à SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL do objeto do Contrato, quando se verificarem as hipóteses de impossibilidade técnica da realização do serviço solicitado à empresa **CONTRATADA**, desde que esta se responsabilize pelo seu fornecimento/serviço e conseqüente garantia;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

3.13. A subcontratação de serviços somente poderá ocorrer para serviços prestados no interior do Estado por empresas devidamente qualificadas, devendo possuir a mesma documentação exigida para a empresa **CONTRATADA**;

3.14. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência SAD, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

3.15. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da SAD, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Edital, bem como, neste contrato;

3.16. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

3.17. Comunicar imediatamente à SAD e a **CONTRATANTE** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

3.18. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

3.19. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela SAD;

3.20. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

3.20.1. Os acréscimos ou supressões até 25% serão aplicados automaticamente na Ata de Registro de Preço.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

3.21. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

3.22. O contrato advindo do presente Registro de Preços somente poderá ser celebrado a partir da autorização da Secretaria de Estado de Administração;

3.23. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

3.24. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e Decreto Estadual 7.217/2006 e suas alterações.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com Cláusulas contratuais e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial;

4.2. A entrega do objeto ora contratado será acompanhada e fiscalizada por representante da **CONTRATANTE**, que ficará a cargo da **GERÊNCIA DE TRANSPORTES/SEMA/MT**, com atribuições específicas;

4.3. A fiscalização exercida na entrega dos bens não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA**, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

5. CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

5.1. Não há previsão de garantia contratual para este contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

6.1. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

6.2. Prestar os serviços adjudicados, nos termos, prazos, qualidade e condições estabelecidas no edital de **Pregão Presencial nº 052/2011/SAD e Ata de Registro de Preços Nº 047/2011/SAD**, bem como, neste contrato;

6.3. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da **CONTRATADA** às dependências da **CONTRATANTE**;

6.4. Enviar ao órgão Gestor da Ata de Registro de Preços – SAD/MT – cópia do contrato firmado e/ou Nota de Empenho, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para fins de controle;

6.5. Os produtos/equipamentos poderão ser recusados e devolvidos pela **CONTRATANTE** nas seguintes hipóteses:

- a) Apresentem vício de qualidade ou impropriedade para o uso;
- b) Nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com o Edital e o contrato;
- c) Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios do Edital e contrato.

6.6. Pagar a importância correspondente aos produtos no prazo contratado;

6.7. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** em favor da **CONTRATADA** mediante ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente, data fixada, de acordo com a Instrução Normativa 001/2007 –



**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

SAGP/SEFAZ, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal ou pelo gestor do contrato;

6.8. Agendar previamente com a **CONTRATADA** a realização dos serviços de Montagem e Balanceamento;

6.9. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou atualização monetária;

6.10. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO:

7.1. Os materiais descritos neste contrato serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação;

c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital e seus anexos e neste contrato.

7.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência e Proposta da licitante **CONTRATADA**;

7.3. O serviço em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

8.1. As despesas decorrentes da execução do objeto deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade: 27101- SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Projeto Atividade: 2006
Natureza de Despesa: 3390.3000
Fonte de Recurso: 240
Nº. Processo: 630359/2011

9. CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado pelo **CONTRATANTE** em favor da **CONTRATADA** mediante ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente, data fixada de acordo com a Instrução Normativa 001/2007 - SAGP/SEFAZ publicada no DOE de 25/05/2007 (página 32), após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal da **CONTRATANTE**;

9.2. A **CONTRATADA** deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

9.3. As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome do *MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO*, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 e com o seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo e deverão ser entregues na **Gerência de Transportes da CONTRATANTE** para serem devidamente atestadas;

9.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

9.5 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

9.6. A **CONTRATANTE** não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring;

9.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**;

9.8. Para as operações de vendas destinadas ao Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe;

9.9. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação da regularidade documental.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA:

10.1. A vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO:

11.1. O inadimplemento das cláusulas estabelecidas neste contrato pelo contratado, assegurará a **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, no todo ou em parte, a qualquer tempo, mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte, em consonância com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES:



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

12.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do edital e deste contrato, sujeita a **CONTRATADA** a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

- a) atraso de até 5 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);
- b) a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

12.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

12.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

12.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

12.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

12.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.4. A multa, eventualmente imposta à **CONTRATADA**, será automaticamente descontada da garantia do contrato ou fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a **CONTRATADA** não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a SAD proceder a cobrança judicial da multa;

12.5. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração;

12.6. A licitante, adjudicatária ou **CONTRATADA** que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco anos) e, se for o caso, será descredenciada no Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei;

12.7. Caso a **CONTRATADA** não possa cumprir os prazos estipulados para a execução dos serviços, total, do objeto desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato e de impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiros reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo à sua ocorrência;

12.8. A solicitação de prorrogação, com a indicação do novo prazo para a execução dos serviços, deverá ser encaminhada a **CONTRATANTE**, até o vencimento do prazo de execução dos serviços inicialmente estabelecido, ficando a critério da **CONTRATANTE** a sua aceitação.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO DIREITO DE PETIÇÃO:

13.1. No tocante à recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666\93.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

14.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que, a critério da **CONTRATANTE**, que se façam necessários, até o limite de 25% do valor global deste Contrato;

14.2.1. As supressões poderão ultrapassar o limite acima estabelecido, havendo acordo entre as partes.

14.3. A **CONTRATANTE** poderá revogar este Contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

14.3.1. A declaração de nulidade deste Contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

14.3.2. A nulidade não exonera a **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa;

14.3.3. Será permitido a subcontratação parcial do objeto do Contrato, quando se verificarem as hipóteses de impossibilidade técnica da realização do serviço solicitado a empresa **CONTRATADA**, desde que esta se responsabilize pelo seu fornecimento/serviço e consequente garantia.



**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO:

15.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá, 23 de setembro de 2011.

MOACIR COUTO FILHO

Secretário Adjunto Executivo
SEMA/MT

FABRICIO MARGREITER

Representante da Contratada

TESTEMUNHAS:

EMANUEL FRANCISCO DE SOUZA

FERNANDA B. C. DE SOUZA